

APOIO INSTITUCIONAL EM SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO ESTADO DA BAHIA.

A Política Nacional de Saúde Mental está pautada nos princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira - RPB, compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais voltadas ao processo de desinstitucionalização da loucura, à construção de uma Rede de Atenção Integral à Saúde Mental, de base territorial e comunitária e ao respeito aos direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico. Além disso, implementar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando as políticas transversais como o Humaniza-SUS, Educação Permanente e outras constituem desafios nos planos micro e macro-institucionais que exigem investimentos nacionais, regionais e locais. Nessa perspectiva, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, por meio da Diretoria de Gestão do Cuidado e da Coordenação de Políticas Transversais, vem investindo na consolidação da Reforma Psiquiátrica no Estado, com inovações nos processos de trabalho e instrumentos de gestão. Algumas dessas ações são desenvolvidas por um grupo multiprofissional que compõe a Área Técnica de Saúde Mental, principalmente o Grupo Técnico de Educação Permanente e o Núcleo de Apoio Institucional de Saúde Mental. Nesse relato de experiência, cabe um destaque ao “Núcleo de Apoio Institucional de Saúde Mental”, mais conhecido como NAI, que foi um grupo criado em julho de 2007 visando articular e apoiar a implantação / implementação da rede substitutiva em saúde mental, de acordo com a Lei Federal Nº 10.216/2001, priorizando a atuação nas 09 Macrorregiões que agregam os 417 Municípios do estado. Após uma fase inicial de muitas discussões conceituais e definições de processos de trabalho regidos pelos princípios, esse grupo começa a desenvolver ações regionalizadas no 1º semestre de 2007, com desdobramentos em 2008 e 2009. Uma das ações realizadas pelo NAI em 2008 foi um documento preliminar denominado de Análise Situacional, traçando um “mapeamento” da rede de serviços de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, em especial aqueles que dizem respeito aos equipamentos de Saúde Mental, hospitalares e substitutivos, conforme as diretrizes oficiais. Muitos dos dados coletados em 2008 estão sendo utilizados para redirecionamento de algumas ações da gestão estadual e para resolutividade dos pontos mais fragilizados da Saúde Mental do estado até 2010. Além dessa ação, o NAI elabora e desenvolve ações de Educação Permanente que favorecem a implantação de Centros de Atenção Psicossocial – CAPS em processos de habilitação junto ao Ministério da Saúde - MS, realizando os “Cursos Introdutórios aos Princípios e Diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira”. Tais cursos são desenvolvidos em dois módulos, de três dias cada e com média de 40 participantes, de diferentes municípios. São tratadas temáticas elencadas pelo coletivo: Sistema Único de Saúde, Processo de Implantação de CAPS, Saúde Mental e Atenção Básica, Política e Assistência a usuários de Álcool e outras Drogas e à Infância e Adolescência, Atenção à crise, Projeto Terapêutico Singular, Processo de desinstitucionalização, Saúde Mental e Justiça, entre outros. A metodologia utilizada partiu de uma primeira versão pedagógica mais tradicional, evoluindo para abordagens e atividades mais diversificadas e coerentes com as necessidades locais e processos de trabalho das equipes de CAPS, coordenações de serviços e referências técnicas das Diretorias Regionais de Saúde - DORES que participam dos processos coletivos regionalizados. Ainda na perspectiva da Política Nacional de Educação Permanente, o NAI realizou várias oficinas regionais, atividades que são construídas de maneira articulada, visando organização e reorganização dos processos

de trabalho, envolvendo as quatro dimensões ligadas à saúde mental: trabalhadores da atenção, gestores, responsáveis pela formação profissional e representantes dos movimentos sociais diretamente comprometidos com a saúde mental e a superação do modelo manicomial. Quanto às demais ações realizadas pelo NAI na gestão estadual da saúde mental, envolvendo também uma clara incorporação dos princípios, diretrizes e dispositivos na Política Nacional de Humanização - PNH, considera-se que existe um reconhecimento positivo dos limites, avanços e desafios desse modelo de prática, ao menos nas regiões onde essas ações foram mais articuladas, e uma necessidade de desdobramentos de outras ações voltadas à implementação da política estadual de saúde mental com maior articulação com as demais políticas intra e intersetoriais relativas às pessoas com sofrimento psíquico no estado.

AUTORA/APRESENTADORA: VILENIA GOMES

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

DIRETORIA DE GESTÃO DO CUIDADO